

IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS NA REDE MUNICIPAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO ESCOLAR

Maria Lúcia Alexandre da Silva¹;

Ana Beatriz Gomes Rosa²

Cyntia Maria Silva Freitas³

Gilvânia Queroiz Madeira de Aguiar⁴

¹Graduanda de Pedagogia pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz/Maranhão, Brasil, mallu.alex20@gmail.com

²Graduanda de Pedagogia pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz/Maranhão, Brasil, annabeatrizrosa129@gmail.com

³Graduanda de Pedagogia pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz/Maranhão, Brasil, cyntia.freitas@uemasul.edu.br

⁴Professora Adjunta da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL, Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
E-mail: gilvania.aguiar@uemasul.edu.br

Introdução

A presença de programas e projetos educacionais no contexto da rede municipal de ensino constitui um importante instrumento para a concretização das políticas públicas educacionais e para a efetivação do direito à educação de qualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) assegura que a educação deve promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício da cidadania e para a continuidade de seus estudos. Nesse sentido, cabe aos sistemas de ensino organizar e acompanhar ações pedagógicas que favoreçam não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e a aprendizagem significativa dos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) reforça essa perspectiva ao orientar que o currículo escolar seja desenvolvido de forma integrada, interdisciplinar e contextualizada, considerando as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano e os temas contemporâneos relevantes, como diversidade, direitos humanos, sustentabilidade, saúde e cidadania (Brasil, 2018). Nesse sentido, menciona-se o âmbito do Estado do Maranhão, o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA, 2019) tendo em vista que este complementa essas diretrizes ao enfatizar a valorização da identidade cultural, social e histórica do território, defendendo práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade local e com as experiências dos estudantes (Maranhão, 2019).

No contexto da rede municipal, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) desempenha um importante papel na organização e no direcionamento dessas ações, por meio de calendários oficiais, orientações pedagógicas e processos de acompanhamento e avaliação. A partir desses

contextos e relações, observa-se que na prática escolar predominam projetos pedagógicos, onde a grande parte segue em detrimento de programas estruturados de longa duração, sendo esses projetos desenvolvidos de forma interdisciplinar, flexível e alinhados mediante às diretrizes da SEMED quanto às necessidades do contexto escolar. Tais ações envolvem temáticas diversas, como meio ambiente, consciência negra, educação literária, saúde, inclusão e cidadania, buscando articular o currículo formal às vivências dos estudantes e da comunidade.

Diante desse cenário, elabora-se a seguinte questão: de que forma os programas e projetos educacionais são implementados no cotidiano escolar da rede municipal de ensino? Com o intuito de responder a esse questionamento, o presente estudo tem como objetivo geral analisar como programas e projetos educacionais implementados na rede pública estão sendo desenvolvidos em uma escola municipal considerando o ensino e a aprendizagem.

Como objetivos específicos, busca-se: identificar os programas e projetos educacionais desenvolvidos na escola; compreender como esses programas e projetos são organizados na rotina escolar considerando o planejamento pedagógico; bem como analisar os principais desafios enfrentados na implementação dos projetos. A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como as políticas educacionais se concretizam no cotidiano escolar e de que maneira os programas e projetos pedagógicos contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Embora documentos oficiais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular do Território Maranhense - DCTMA) enfatizem a importância de práticas interdisciplinares e contextualizadas, sua efetivação depende das condições institucionais, da autonomia escolar e da atuação dos profissionais da educação. Dessa forma, este estudo torna-se relevante ao possibilitar uma análise sobre a implementação dos programas e projetos educacionais no âmbito da rede municipal de ensino. Dessa forma, a pesquisa contribui para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais coerentes com as necessidades dos estudantes e na relação entre escola, alunos e famílias.

Metodologia

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, a “pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 31). Assim, o estudo busca compreender como os programas e projetos educacionais são organizados e desenvolvidos no contexto de uma escola pública municipal, considerando as percepções dos sujeitos envolvidos e as orientações institucionais que fundamentam essas práticas.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada na análise de documentos normativos e institucionais que orientam a educação básica, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e o calendário escolar anual da rede municipal, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Como instrumento de coleta de dados empíricos, foi realizada uma entrevista semiestruturada com professores (as) da escola pesquisada, com o objetivo de compreender a organização dos projetos pedagógicos, a atuação da SEMED, os desafios enfrentados na implementação das ações e os impactos percebidos no processo de ensino e aprendizagem, no clima escolar e na participação da comunidade. Os dados obtidos foram analisados de forma interpretativa, articulando as informações da entrevista com os referenciais teóricos e documentais, buscando responder ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos. Ressalta-se que foram respeitados os princípios éticos da pesquisa, garantindo o anonimato do participante.

Resultados e Discussão

A pesquisa realizada em uma escola pública municipal de ensino, evidencia que os programas e projetos educacionais desenvolvidos no contexto escolar estão fundamentados em documentos normativos que orientam a educação básica brasileira, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA, 2019). A análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP), do calendário escolar anual da rede municipal demonstra através da pesquisa que essas ações são planejadas de forma coletiva, buscando articular os conteúdos curriculares às demandas sociais, culturais e formativas dos estudantes, considerando a realidade da comunidade escolar.

A LDB nº9.394/1996 estabelece que a Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996, art. 29). Essa concepção se materializa nas práticas pedagógicas observadas na escola pesquisada, uma vez que os projetos desenvolvidos valorizam não apenas os conteúdos formais, mas também as experiências, as interações e as vivências cotidianas das crianças. Os programas e projetos promovidos no âmbito da rede municipal contribuem para ampliar o envolvimento dos estudantes, especialmente por meio de atividades que extrapolam o espaço da sala de aula e favorecem aprendizagens significativas.

Em consonância com a LDB nº9.394/1996, a BNCC (2018) compreende a Educação Básica como um processo formativo que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, envolvendo o desenvolvimento de múltiplas dimensões humanas. Esses documentos são essenciais para a organização e a garantia de uma educação de qualidade, pois orientam as práticas pedagógicas e destacam a importância do diálogo e do compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de ensino e a família, ao afirmarem que a educação é dever conjunto, devendo ser assegurada “com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art.2º).

Mediante os resultados da pesquisa, foi possível identificar que essa orientação se expressa na realização de projetos pedagógicos voltados à leitura, à diversidade cultural, ao meio ambiente, aos direitos humanos e à cidadania, como por exemplo, “Projeto Meu Ambiente”, “Dia de Ler Todo Dia”, “Semana de Enfrentamento à Violência e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes”, “Semana de Educação Inclusiva”, entre outros, os quais buscam promover aprendizagens contextualizadas e socialmente relevantes, conforme relatado pelos professores (as) entrevistados. Dessa forma, é possível relacionar com as propostas que constam no PPP da escola, sendo assim, adequada e coerente com o que dizem os professores (as).

Além disso, a entrevista evidencia que, na prática, predominam projetos pedagógicos em detrimento de programas estruturados de longa duração. Segundo os professores(as), “os programas não é tipo a escola quer participar desse programa. Geralmente aquela escola é escolhida. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), não ia vir aqui para a escola. Veio porque uma outra escola teve um probleminha na documentação¹” enquanto os projetos são mais flexíveis e permitem maior autonomia pedagógica. Diante desse diálogo, é perceptível que muitos projetos são orientados pela SEMED, porém a forma de execução fica a cargo da escola, que define estratégias, metodologias e culminâncias conforme sua realidade e seu planejamento pedagógico. Nesse contexto, o PIBID se faz necessário nesses espaços,

¹ Falá do professor entrevistado na escola municipal da rede pública, em 8 de dezembro de 2025.

mostrando-se indispensável tanto para o processo de profissionalização quanto para a construção e o fortalecimento da profissionalidade docente.

Observa-se que a escola possui autonomia para desenvolver ações e projetos pedagógicos de acordo com suas necessidades, devendo, posteriormente, “elaborar e encaminhar o relatório das ações desenvolvidas à Secretaria Municipal de Educação (SEMED)”¹. Embora o calendário escolar da rede municipal apresente datas e temas orientadores, ele não limita a iniciativa da instituição, que pode propor e ampliar atividades conforme o planejamento pedagógico definido coletivamente. De acordo as informações mediante a pesquisa, essa flexibilidade permite adaptar os projetos às especificidades dos alunos e da comunidade, tornando as ações mais significativas e coerentes com o contexto escolar.

A análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) evidencia que a escola adota como princípios norteadores a formação integral do aluno, a interdisciplinaridade, o compromisso com a aprendizagem e a participação da comunidade escolar. O PPP constitui-se como um instrumento central de organização do trabalho pedagógico, orientando a gestão curricular e considerando a realidade histórica, social e cultural da comunidade. Nesse sentido, o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) orienta que o currículo deve estar articulado às especificidades do território, valorizando a identidade cultural, social e histórica dos estudantes, bem como práticas pedagógicas contextualizadas e significativas (Maranhão, 2019). Além disso, conforme destaca a Revista Ribeirão Preto (2014), o currículo compreende a totalidade das vivências educacionais, envolvendo diferentes cenários de ensino-aprendizagem e articulando atividades teóricas e práticas no cotidiano escolar. Mas observa-se um “silenciamento” da docência, ou seja, a pouca fundamentação e descrição sobre o ensino no intuito de potencializar essa ação e reafirmar a identidade do professor e da professora a partir desses projetos Aguiar (2023).

Nesse contexto, destaca-se a importância do clima escolar como elemento fundamental para a efetivação das práticas pedagógicas a partir da docência a fim da qualidade do processo educativo. O clima escolar refere-se ao conjunto de relações, interações, percepções e sentimentos vivenciados pelos sujeitos no ambiente escolar, influenciando diretamente o engajamento dos estudantes, o trabalho docente e a participação da comunidade a partir de Projetos e Programas que potencializem o pedagógico, promovendo a interação, o diálogo, o respeito às diferenças e a participação coletiva contribuem para a construção de um clima escolar mais positivo, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos. Dessa forma, as ações desenvolvidas pela escola, alinhadas às diretrizes da BNCC, do DCTMA e do PPP, não apenas organizam o currículo, mas também fortalecem as relações sociais no ambiente escolar.

No que se refere à relação entre escola e família, a pesquisa evidencia que, embora haja esforços da instituição para fortalecer essa parceria, ainda existem dificuldades na efetiva participação dos responsáveis no cotidiano escolar. A partir da entrevista é perceptível que “tem famílias que acompanham e famílias que não acompanham”², o que interfere diretamente na participação dos estudantes nos projetos desenvolvidos pela escola. Essa fragilidade na relação escola-família constitui um desafio para a efetivação das ações pedagógicas e para a continuidade dos projetos ao longo do ano letivo.

Os resultados do estudo, obtidos por meio da análise de documentos oficiais, do site da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz (SEMED) e do PPP da escola, evidenciam a existência de divergências entre as diretrizes institucionais e as condições concretas de implementação dos projetos nas unidades escolares. Embora a SEMED oriente a realização de

³ Fala dos professores(as) de uma escola municipal da rede pública, em 8 de dezembro de 2025.

⁴ *Ibid.*, em 8 de dezembro de 2025.

ações pedagógicas, encontros e eventos com o objetivo de fortalecer a integração entre escola e comunidade, verifica-se que, muitas vezes, essas propostas não são acompanhadas do suporte necessário em termos de recursos, formação docente e acompanhamento pedagógico. Essa realidade aparece de forma clara nas falas dos professores e professoras, ao afirmarem que “na maioria das vezes, é a escola que monta tudo, fica na mão da escola de que forma ela vai desenvolver os recursos que ela vai utilizar”⁴, evidenciando que a ausência de recursos adequados limita o alcance das ações e impõe desafios adicionais à gestão escolar e aos professores.

Nesse sentido, a gestão escolar e os educadores acabam sendo responsabilizados pela execução de projetos demandados pela Secretaria, mesmo diante da insuficiência de recursos e da ausência de direcionamentos mais claros. Ainda assim, os profissionais da educação buscam alternativas, como o estabelecimento de parcerias e o uso de estratégias criativas, para atender às exigências institucionais e às necessidades da comunidade escolar. Tal realidade evidencia os desafios enfrentados pelas escolas da rede municipal na implementação de programas e projetos educacionais, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem as condições reais de trabalho e fortaleçam o apoio às instituições escolares.

Conclusões

Diante das análises realizadas, observa-se que os programas e projetos educacionais desenvolvidos na rede municipal de ensino configuram-se como importantes estratégias para a efetivação das políticas públicas educacionais e para a promoção de uma educação de qualidade. Fundamentados em documentos normativos como a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA, 2019), esses projetos contribuem para a organização do trabalho pedagógico, favorecendo práticas interdisciplinares, contextualizadas e voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

A pesquisa evidenciou que, na escola investigada, os projetos pedagógicos são planejados de forma coletiva e articulados ao currículo, buscando atender às demandas sociais, culturais e educacionais dos alunos. Já os programas educacionais apresentam menor frequência no cotidiano escolar, uma vez que sua participação não depende exclusivamente da iniciativa da escola, as vezes nem do município. As ações desenvolvidas ao longo do ano letivo possibilitam aprendizagens significativas, fortalecem o clima escolar e ampliam as oportunidades de participação dos estudantes em atividades que vão além dos conteúdos tradicionais.

Entretanto, também foram identificados desafios que interferem na efetivação desses projetos, especialmente no que se refere à participação das famílias, à disponibilidade de recursos e às condições de trabalho docente. A fragilidade na relação entre escola e família revela-se como um dos principais entraves, uma vez que a ausência de acompanhamento sistemático por parte dos responsáveis impacta diretamente o envolvimento dos alunos nas atividades propostas, bem como a continuidade e a consolidação das ações pedagógicas ao longo do ano letivo. Além disso, a limitação de recursos materiais e a sobrecarga de trabalho dos professores dificultam o planejamento, a execução e o acompanhamento dos projetos, comprometendo, em alguns casos, o alcance dos objetivos educacionais pretendidos.

Assim, conclui-se que, embora os programas e projetos educacionais desempenhem um papel relevante no cotidiano escolar, sua efetividade depende do fortalecimento das condições institucionais, do apoio da gestão pública e do engajamento da comunidade escolar. Desse modo, torna-se fundamental investir em estratégias que promovam maior integração entre escola e família, bem como em políticas de acompanhamento e formação docente, visando potencializar os impactos dessas ações no processo de ensino e aprendizagem e na formação integral dos estudantes.

Palavras-Chave: Programas e Projetos educacionais; Escola pública; BNCC; DCTMA; Projeto Político- Pedagógico (PPP).

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Gilvania Queiroz Madeira; **Política Educacionais e o Neoliberalismo: Implicações no Currículo e nas práticas Pedagógicas**. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. MEC: 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DOS REIS, Francisco José Candido; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; VIEIRA, Marta Neves Campanelli Marçal. Planejamento educacional. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 47, n. 3, p. 280-283, 2014.

GERHADT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARANHÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense**: para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FRPED